

Campanha Nacional Pela
REFORMA AGRÁRIA

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1993.

Prezados Companheiros,

Chegando à metade do ano, estamos enviando-lhes o relatório referente às atividades da Campanha Nacional pela Reforma Agrária no primeiro semestre de 1993.

Aproveitamos para avisar que em breve estaremos remetendo-lhes o relatório do Primeiro Encontro da CNRA de 1993, realizado, em 28 de junho último.

Apresentamos nossas saudações,

Atenciosamente,

Andrea Costa
Andrea Lopes da Costa
P/ Sérgio Leite
Secretário-executivo
CNRA



CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

(1º. Semestre de 1993)

1. Apresentação

Em abril de 1983, um grupo de entidades e cidadãos comprometidos com a democratização do campo brasileiro fundava a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), que então era formada por seis entidades: ABRA, CIMI, CONTAG, CPT, IBASE e a Linha 6 da CNBB. Passados dez anos a CNRA congrega, hoje, 91 instituições da sociedade civil empenhadas na divulgação e trabalho no tema, atestando um crescimento de 2.900% no número de entidades participantes. São organizações ligadas à Igreja, aos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, organizações não-governamentais, universidades e institutos de pesquisa, movimentos populares da cidade e do campo e associações de profissionais e estudantes.

Em sua trajetória ao longo da década de 80 e início dos anos 90, a CNRA defrontou-se com atividades que foram se modificando neste período. Tarefas que iam da divulgação do que era trancado a sete chaves pelo governo ditatorial, da denúncia das práticas que negavam a cidadania do homem do campo, ao esforço de propor um aprofundamento da questão agrária nacional e vinculá-la à implantação de um padrão democrático de desenvolvimento. Destaca-se, nesse meio tempo, o papel que a CNRA cumpriu na articulação das entidades no encaminhamento de emenda popular sobre a reforma agrária durante a Assembléia Constituinte e no acompanhamento mais recente da tramitação da Lei Agrária no Congresso Nacional.

No momento, além do monitoramento das políticas públicas voltadas ao campo e da articulação, informação e mobilização das entidades afins, é ponto central no programa da CNRA, explicitar a importância da questão agrária como questão nacional e redimensioná-la, explorando sua face cultural, jurídica, econômica, política, social, científica, tecnológica, ambiental, etc. Nesse sentido, capitalizando o campo de questões abertas pelo Movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, é importante frisar o caráter político da fome no Brasil e apontar a reforma agrária

como uma das principais (e mais baratas, diga-se de passagem) medidas para estabelecer uma retomada estratégica do desenvolvimento, atenuando, simultaneamente, as condições de miséria atuais.

Desde sua fundação a CNRA esteve sediada no IBASE, que tem se responsabilizado pela coordenação, implementação e execução das atividades propostas pelo conjunto de instituições que integram a Campanha. Tradicionalmente são realizadas duas assembleias anuais com as entidades da CNRA, onde são apresentados e discutidos os eixos programáticos do projeto, cabendo à coordenação especificá-los e executá-los. Ao final do ano a coordenação elabora e encaminha um relatório detalhado das atividades desenvolvidas, procurando fazer um balanço do período.

Nesses 10 anos de CNRA, o IBASE tem aperfeiçoado a forma de comunicação, informação e articulação política entre as entidades, agilizando o intercâmbio de documentos, dados estatísticos, agenda de eventos, análises conjunturais, etc. Este processo foi incrementado com a implantação do Nodo AlterNex, que tem como usuárias 42 do total de organizações da CNRA e que possui uma conferência eletrônica animada e dirigida às entidades da Campanha e outros usuários afins.

2. Atividades Desenvolvidas

Publicização da Reforma Agrária

A Campanha, tradicionalmente, tem cumprido um esforço de trazer à público o tema da reforma agrária, buscando interfaces com outras questões relevantes à retomada do desenvolvimento nacional. À busca de interlocutores no mundo urbano soma-se à articulação dos segmentos rurais comprometidos com a democratização do campo, resgatando bandeiras e renovando compromissos. Para tanto foram cumpridas atividades como palestras, participação em e realização de seminários, representação em encontros, etc.:

Palestras

Assunto	Entidade Solicitante	Data
A reforma agrária hoje	IFCS/UFRJ	Maio
Mercosul e agricultura brasileira	FCAVJ/UNESP	Maio
Reforma agrária e transportes	CNDDA	Maio
A economia dos assentamentos rurais	GERA/UFMT	Maio
Balanço políticas agrárias recentes	UERJ/CPDA	Junho
Conjuntura agrária	Forum Rio	Junho
A face econômica da reforma agrária	UFF	Junho

Participação/Representação em Seminários

Seminário	Organização	Data
II Congresso do DNTR	DNTR/CUT	Março
Sistemas Agrários em Assentamentos	FAO/ITESP	Março
II Congresso da CNDDA	CNDDA	Maio
Repensando a Pequena Produção	UERJ/CPDA	Junho
Assembléia Regional da CPT	CPT/RJ	Junho

Intercâmbios, Contatos e Visitas

Reforçando o diálogo com instituições que integram ou não a CNRA, bem como estreitando vínculos com organizações comprometidas ao desenvolvimento conjunto de atividades direcionadas à democratização do campo, foram realizadas e recebidas visitas, reuniões e mantidos contatos.

Visitas Recebidas

Assunto	Organização	Data
Implicações da Lei Agrária	PROTER	Março
Pequena Produção Rural	CORRIENTES	Abril
Estado atual da Questão Agrária	DNTR/CUT	Abril
Boletim Democracia na Terra	VASTENAKTIE	Maio
Movimento dos Assentados no Rio	COMISSÃO DE ASSENTADOS	Junho

Reuniões Realizadas

Temas	Organizações	Data
Combate à Pobreza no Campo	IICA	Março
Impressões sobre o II Congresso DNTR/CUT	FASE IBASE CEDI UFRJ UFRRJ	Abril
Avaliação do Plano de Combate à Fome e à Miséria	IBASE UFRJ UFRRJ ENSP	Maio
Fome e Produção de Alimentos	Associação PIPSA	Maio
Relação do CNS com a CNRA	CNS	Maio
Apresentação da CNRA	CUT/AC FETAG/AC CPT/AC	Maio
Concepções sobre a Reforma Agrária	Forum Alternativas à Agricultura	Junho

Publicações

No sentido de divulgar o tema, bem como aprofundar reflexões sobre a oportunidade da reforma agrária no contexto dos anos 90, foram realizadas os seguintes trabalhos com participação ou de encomenda da CNRA, voltados para públicos diversos. Vale destacar a continuidade da edição do boletim *Democracia na Terra*, com a publicação de dois números neste período, e que apresenta uma procura crescente, verificada pela renovação de 37 assinaturas e outras 13 novas assinaturas neste período, totalizando quase 500 assinantes do boletim. Na publicação dos boletins constam, também, os editoriais de avaliação da conjuntura política, a saber: "O governo Itamar e a Reforma Agrária" e "Reforma Agrária e Combate à Fome". Para os próximos números estuda-se a possibilidade de acrescentar no boletim a publicação de indicadores específicos sobre a questão agrária.

Título Artigo/Trabalho	Autoria	Publicação
Modernização no campo: as transformações recentes no agro nacional	Sérgio Leite	Cadernos IBASE
10 anos de Campanha, 500 anos de luta	Herbert de Souza	Democracia na Terra
Reforma agrária e cultura política no Brasil	Regina Novaes	Democracia na Terra
Novas pistas para uma política rural	Guilherme Delgado	Políticas Governamentais
Questão agrária: desenvolvimento ou miséria ?	Sérgio Leite	Jornal dos Funcionários da FGV/RJ
Fome: prioridade para ontem	Francisco Menezes	Jornal "O Dia"
O papel da agricultura em um novo modelo de desenvolvimento	Plínio de Arruda Sampaio	Jornal "O Estado de São Paulo"
Terra: a última fronteira da pobreza	Sérgio Leite	Jornal "Primeira e Ultima Página"
Desafios e perspectivas após a nova lei	Sérgio Leite	Políticas Governamentais
A questão agrária e o Plano de Combate à Fome e à Miséria	Francisco Menezes e Sérgio Leite	Documento mimeografado

Vale destacar, também, a produção de 3.000 exemplares do cartaz da CNRA, intitulado "Democracia na Terra", distribuídos entre janeiro e março de 1993.

Monitoramento de Políticas Públicas e os Marcos Legais da Reforma

Neste semestre ganharam espaço no temário agrarista a tramitação dos projetos de lei que regulamentam a Constituição Federal de 1988 (Lei Agrária e Lei do Rito Sumário) - ao nível do Poder Legislativo - e a Proposta de Reforma Agrária do Governo Itamar e o Plano de Combate à Fome e à Miséria. Nessa linha foi tentado um esforço de reflexão, resultando na elaboração dos trabalhos supra, direcionado à assessoria dos movimentos e organizações afins. No campo da novas leis sobre a reforma agrária, vale destacar a participação da CNRA na mobilização em torno da aprovação de um texto mais próximo às reivindicações dos trabalhadores rurais e o esforço de trazer ao debate público temas hoje marginalizados. Nessa linha foi produzido, juntamente com a CONTAG, CUT, MST, CPT, CIMI, INESC E CNASI, o documento intitulado "Proposta de vetos de dispositivos de projeto de lei n. 11/91, que regulamenta a reforma agrária", visando oferecer uma argumentação juridicamente elaborada para subsidiar a reivindicação junto ao presidente Itamar Franco, dos vetos que atenuariam alguns obstáculos à reforma agrária, embutidos na lei.

Informando e Agilizando a Comunicação sobre Reforma Agrária

A CNRA vem providenciando a organização e informatização de seus dez anos de arquivos, visando melhorar o atendimento às consultas por informações relacionadas ao tema. Destaca-se o início da formação de um banco de dados e trabalhos sobre assentamentos rurais e a sistematização de todo o material recebido e produzido pela Campanha.

Numa outra linha estamos reforçando os meios eletrônicos de comunicação entre as entidades da CNRA, através do sistema ALTERNEX. A Campanha anima uma conferência própria (a "ax.cnra"), que procura informar, intercambiar e trazer manifestações de apoio, solidariedade e denúncia sobre os acontecimentos na área rural. Atualmente, 42 das 91 entidades da CNRA estão conectadas ao sistema, facilitando a transmissão de mensagens entre as próprias instituições. A conferência tem despertado o interesse de outros usuários do sistema, bem como estimulado a entrada de novas entidades ao circuito eletrônico.

3. Agenda

Estão previstas para o segundo semestre as seguintes atividades, algumas delas dependendo, ainda, do eixo a ser definido na primeira reunião das entidades da CNRA de 1993:

Seminários

- 10 ANOS DE CNRA
- CONDIÇÕES DE VIDA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS
- IMPLICAÇÕES DA LEI AGRÁRIA
- DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO E AGRICULTURA FAMILIAR
- REFORMA AGRÁRIA: CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SBPC)

Estudos e Pesquisas

- REFORMA AGRÁRIA E PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO
- REFORMA AGRÁRIA: CONCEPÇÕES PRESENTES NO DEBATE

Acompanhamento de Políticas Públicas

- PROGRAMA EMERGENCIAL DO INCRA
- PLANO DE COMBATE À FOME E À MISÉRIA

Publicações

- BOLETIM DEMOCRACIA NA TERRA
- LIVRO: "REFORMA AGRÁRIA: EXPERIÊNCIA E PERSPECTIVAS"
- LIVRO: "PERSPECTIVA PARA UMA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA"
- CARTILHA: "IMPLICAÇÕES DA LEI AGRÁRIA E RITO SUMÁRIO"
- RELATÓRIO: DESENV. DEMOCRÁTICO E AGRICULTURA FAMILIAR
- REVISÃO CONSTITUCIONAL E A REFORMA AGRÁRIA

Produção e Assessoria

- MATERIAL DE CAMPANHA
- ATENDIMENTO AO PÚBLICO
- ENCAMINHAMENTO DE PROJETOS E ASSESSORIA À MOVIMENTOS
- MÍDIA E DIVULGAÇÃO

Especial

- GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DOS MARCOS LEGAIS: LEI AGRÁRIA, LEI DO RITO SUMÁRIO E REVISÃO CONSTITUCIONAL

4. Atendimento ao Públíco

CNRA - NÚMERO DE ATENDIMENTOS			
01	JANEIRO	08	13.0%
02	FEVEREIRO	14	22.0%
03	MARÇO	11	17.5%
04	ABRIL	16	25.5%
05	MAIO	05	8.0%
06	JUNHO	09	14.0%
TOTAL		63	100%

As tabelas deste tópico mostram o trabalho de atendimento ao público, durante o primeiro semestre do ano. São consultas prestadas sobre temas relativos à questão agrária brasileira, implicando em envio de material, em realização de palestras e estabelecimento de contatos. Nesse sentido a CNRA tem atendido um público diverso, procurando garantir a qualidade das informações repassadas.

CNRA - DEMANDANTES			
01	IMPRENSA	12	19.0%
02	ONG'S	21	33.0%
03	MOVIMENTOS/ASSOCIAÇÕES	06	09.5%
04	UNIVERSIDADES	10	16.0%
05	SINDICATOS	01	01.5%
06	PARTIDOS POLITICOS	03	05.0%
07	INDIVIDUAIS	08	13.0%
08	OUTROS	02	03.0%
TOTAL		63	100%

CNRA - TEMAS SOLICITADOS			
01	LEI AGRÁRIA	05	08.0%
02	REFORMA AGRÁRIA	16	25.5%
03	RITO SUMÁRIO	01	01.5%
04	CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA	08	13.0%
05	QUESTÃO AGRÁRIA	12	19.0%
06	PEQUENA PRODUÇÃO	02	03.0%
07	CONFLITOS	01	01.5%
08	OUTROS	18	28.5%
TOTAL		63	100%

CNRA - ENCAMINHAMENTO DADO			
01	ENTREVISTA	08	13.0%
02	ESTABELECIMENTO DE CONTATO	10	16.0%
03	PALESTRAS	10	16.0%
04	ENVIO DE ARTIGO/TEXTO	09	14.0%
05	RESPOSTA VIA FAX/AX! /TELEFONE	06	09.5%
06	ENVIO DE MATERIAL	11	17.5%
07	OUTROS	09	14.0%
TOTAL		63	100%

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - FICHA PARA PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS AVULSOS E LIVROS

fevereiro 1988

FICHA : _____

DATA : _____ / _____ / _____

COD: 6AAUTOR : _____
_____TÍTULO: _____
_____PUBLIC: _____

LOCAL : _____

EDITOR: _____

DT. PUB: _____ N° PAG : _____

TIPO : _____ REGIÃO : _____
_____ ÁREA : PCPOVO : _____

T.I. : _____

TEMA : _____

SUB TM: _____

CHAVE : _____
_____TEXTO : _____

FICHA:

DATA : [REDACTED]

COD: [REDACTED] *alfanum*

AUTOR

TÍTULO

PUBLIC:

LOCAL :

EDITOR:

DT. PUB:

TIPO :

POVO :

Era Indígena

T.I.X:

TEMA :

SUB TM:

CHAVE :

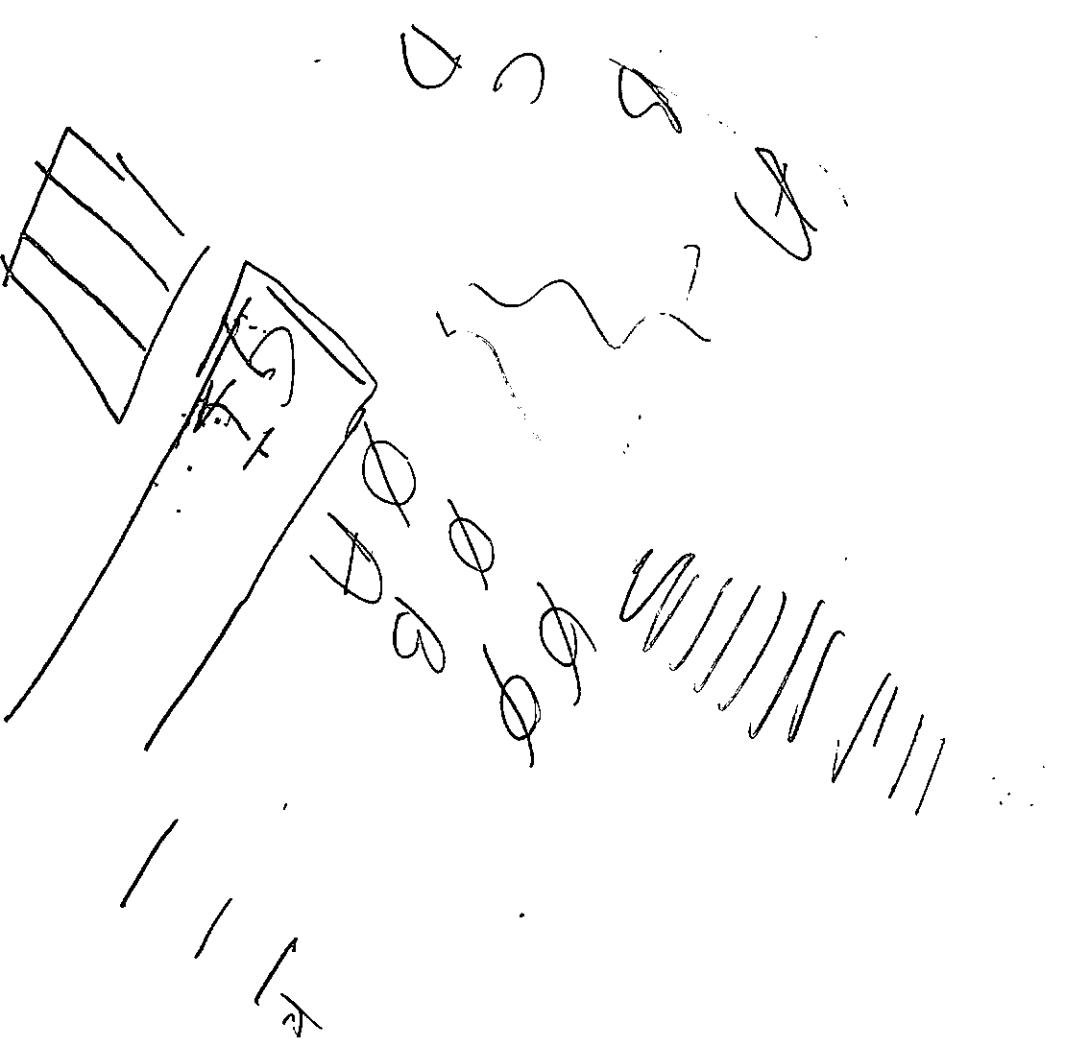
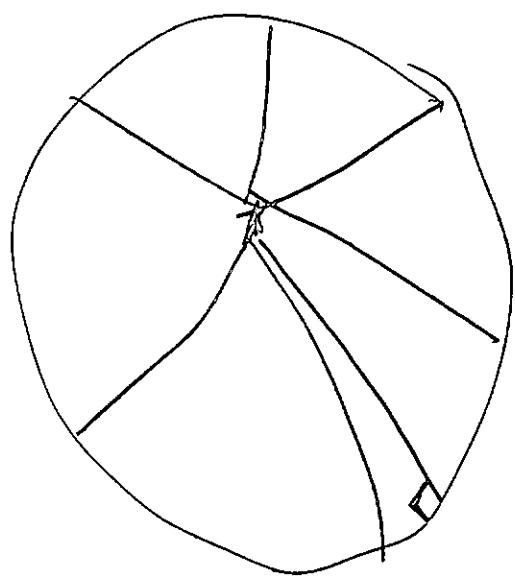
Nº PAG :

X REGIAO :

S.P.

X ÁREA :

TEXTO :

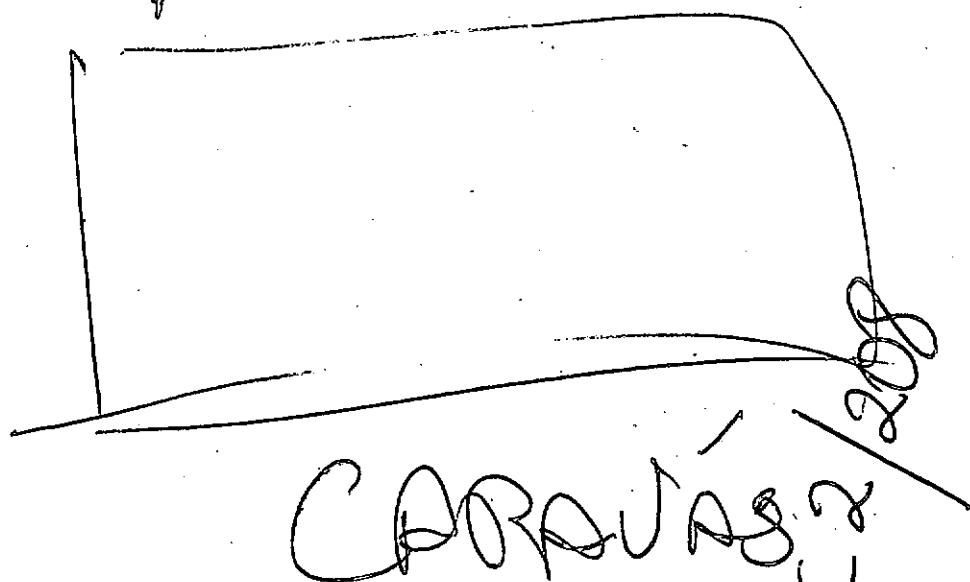


ANSET
lenha
volumosas
etéreas
pesadas

Tabela A 3-1	
	indicadores sobre a oferta de lenha nas formações vegetais nativas em estado natural e antropóficas, regeneradas sem manejo
Floresta Densa	208 ton/ha
Floresta Aberta	119 ton/ha
Cerradão	82 ton/ha
Cerrado	27 ton/ha

Em Mídia, da prod de lenha, em corte raso, avaliada em peso de madeira a 0% de umidade.

Coloque a área (em Ha) no Quadro com.



Floresta Densa

área =

408
XXX

XXX/208

$$\frac{D}{208+x = j}$$

$$\frac{j}{208} = \frac{x}{100}$$

PARAKANÁ

Rio Pucurué / Lago Tocuré



1979 Grupo de trab final

p/ formação de Reserva Indígena

Assurini do Xingu, os Aweté,
Xicrín do Bacajá

A esta área somam-se os Parakaná
do Aldeamento Apui Tereva,
a margem do Igapó Bom Jardim

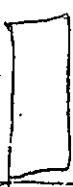
Reserva Indígena Parakaná Grupo Interministerial
Proposta 1979 (meio) XX

7 317 mil hectares
Eletronorte, Tucurué Reservatório da Usina

Hidrelétrica
margem direita
Igapó Pariári, aldeamento Parotini

nao compete à eletronorte realização de obras
estrada (ramal de interligação entre a Transamazônica
e a aldeia)
Índios pensam que é deve da Eletronorte concluir
trabalhos, assim qd indenizar a terra perdida

Aldeamento Manjirawara



Gaviões — Tára

início 70

Indústria extractiva de madeira, garimpo em de ouro,

portos

Inundação de malha da ParKatie (Grande Belo), reunidos em 1980, em aldeia única margem direita do Rio Tocantins

município de Manduri

Mais de implantação simultânea e em grande escala de projetos de pecuária extensiva e intensiva, fiscais, abertura de novas rodovias, construção do complexo hidrelétrico de Tucuruí.

Vultosos projetos de mineração, de caráter privado ou estatal, impacto sobre a região e sua população, envolvendo complexa problemática fundiária.

PARECERES

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS
PARECER n.

assunto: Enquadramento do projeto de instalação de uma usina de ferro gusa, no Município de Marabá (PA), como integrante do Programa Grande Carajás; isenções de Imposto sobre Produtos Industrializados e como do Imposto de Renda.

empresa: SIMARA SIDERURGICA MARABA LTDA.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS
SECRETARIA EXECUTIVA

Parecer n.

Assunto: Enquadramento do Projeto de Instalação de uma Usina de Ferro Gusa, em Santa Inês (MA), como integrante do Programa Carajás.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS
SECRETARIA EXECUTIVA

Parecer n.

Empresa: MARGUSA - Maranhão Gusa Ltda.
Santa Inês (MA)

Assunto: Enquadramento do Projeto de Intalação de uma Usina de Ferro Gusa, em Santa Inês (MA), como integrante do Programa Carajás.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS
SECRETARIA-EXECUTIVA

Parecer n.

Empresa: METALUR S.A. - Administração e Participação

Assunto: Enquadramento de usina de produção de manganês metálico, denominada Metalman S.A., a ser localizada em Rosário (MA), como integrante do Programa Grande Carajás, e solicitação de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados nas operações de aquisição de máquinas e equipamentos nacionais.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

Parecer n.031/86

Em 18/11/86

Processo n.382/86

Interessada: FAZENDA SANTA INES S.A.
Marabá (PA)

Assunto: Enquadramento de projeto de implantação e exploração de castanhais cultivados, como integrante do Programa Grande Carajás, isenção do Imposto de Renda e benefícios previstos pelas Resoluções ns.11/85, 12/85 e 14/86 do Programa Grande Carajás.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

Parecer:

Processos ns. 139/85 e 108/86

Interessada: COJAN ENGENHARIA S.A.

Belo Horizonte (MG)

Assunto: Enquadramento de atividades como integrantes do Programa; isenção do Imposto de Renda.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

Parecer:

Processo n. 070/85

Interessada: CODENPA - Companhia Dendê Norte Paraense
Santo Antônio do Tauá (PA)

Assunto: Enquadramento do Projeto de Beneficiamento, Industrialização e Comercialização de dendê como integrante do Programa Grande Carajás e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de equipamentos e máquinas de fabricação nacional.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

Parecer:

Processo: 175/84

Interessada: CIMENTO ARAGUAIA Ltda.
Araguaína (GO)

Assunto: Enquadramento como integrante do Programa Grande Carajás, do Projeto de Fábrica de Cimento

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

Parecer n.

Processo n. 161/84

Interessada: A.O. GASPAR INDUSTRIA E COMERCIO Ltda.
São Luís (MA)

Assunto: Enquadramento, como integrante do Programa Grande Carajás, do Projeto de ampliação de seu empreendimento relativo à industrialização de amêndoas de Babaçu e tucum, assim como de outras sementes oleaginosas e também concessão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

Parecer n. 021/86

Data: 18/11/86

Interessada: CONSTRUTORA TRATEX S.A.
Belo Horizonte (MG)

Assunto: Enquadramento de atividades como integrantes do Programa Grande Carajás e isenção do Imposto de Renda. Autorização para aplicar, na Agropecuária Tratex do Maranhão S.A., os incentivos ora requeridos.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

Parecer n.

Processo n. 463/86

Interessadas: ITAMINAS SIDERURGICA DE CARAJAS LTDA. - SICAR
Açailândia (MA) e

COMPANHIA SIDERURGICA DO PARA - COSIPAR
Marabá (PA)

Assunto: Solicita mudança de razão social e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para dois empreendimentos considerados integrantes do Programa Carajás, segundo o Ato Declaratório n.07/85, de 30/12/85.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

Parecer n.032/86

Data: 18/11/86

Assunto: Modifica a Resolução n.4, de 23/11/81, que dispõe sobre a Comissão Consultiva de Ciência e Tecnologia da Secretaria Executiva.

DECRETOS

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

RESOLUÇÃO n.11

I - Considerar, para fins do regime especial de concessão de incentivos pertinentes ao PGC, como atividades econômicas de importância para o desenvolvimento da região.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

RESOLUÇÃO n.12

I - Considerando que as isenções tributárias concedidas a empresas que exerçam atividades relativas a obras de implantação, ou modernização de empreendimentos de infra-estrutura na área do PGC têm a sua fruição condicionada à aplicação dos recursos.

DIARIO OFICIAL DE 7 DE JANEIRO DE 1987

CONSELHO INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA GRANDE CARAJAS

ATO DECLARATORIO N.61, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Considera integrantes do Programa Grande Carajás atividades desenvolvidas pela empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. - São Paulo (SP); concede isenção do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis.

ATO DECLARATORIO N.62, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Considera integrantes do Programa Grande Carajás atividades desenvolvidas pela

empresa CIA. MINEIRA DE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÃO - CIMCOP - Belo Horizonte (MG); concede isenção do Imposto de Renda e adicionais não-restituíveis.

ATO DECLARATORIO N.63, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Considera integrantes do Programa Grande Carajás atividades desenvolvidas pela empresa SERVIÇOS DE ENGENHARIA RODOFERREA S.A. - Rio de Janeiro (RJ); concede isenção do Imposto de Renda e adicionais não-restituíveis.

ATO DECLARATORIO N.64, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1987

Considera integrantes do Programa Grande Carajás atividades desenvolvidas pela empresa NATIVA ENGENHARIA S.A. - Rio de Janeiro (RJ); concede isenção do Imposto de Renda e adicionais não-restituíveis.

ATO DECLARATORIO N.65 (16/12/87)

Autoriza a empresa CONSTRUTORA BETER S.A. a aplicar os recursos oriundos das isenções do Imposto de Renda concedidos pelos Atos Declaratórios n.10/83, de 22.03.83; 05/86, 06/86 e 13/86, de 15.04.86, no projeto de implementação de uma usina de ferro-gusa em Marabá, de responsabilidade da Companhia Siderúrgica do Pará - COSIPAR. Cancela o Ato Declaratório n.02/85, de 30.12.85.

ATO DECLARATORIO N.66 (16/12/87)

Considera integrante do Programa Grande Carajás o empreendimento de responsabilidade da empresa COMPANHIA PRADA DA AMAZONIA com sede em Belém (PA), relativo ao projeto de ampliação e modernização de sua indústria de embalagens metálicas situada no Distrito Industrial de Icoaracy-Belém (PA); concede isenção dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados.

ATO DECLARATORIO N.67 (16/12/87)

Considera integrante do Programa Grande Carajás o empreendimento de responsabilidade da empresa NATRON - CONSULTORIA E PROJETOS S.A., com sede no Rio de Janeiro (RJ), relativo ao projeto de implementação de uma usina de demonstração, para produção de enxofre e composto de cálcio, localizado no Município de Codó (MA); concede isenção de Imposto de Renda e adicionais não-restituíveis.

ATO DECLARATORIO N.68 (16/12/87)

Considera integrante do Programa Grande Carajás o empreendimento de responsabilidade da empresa G. D. CARAJAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA., com sede em Belém (PA), relativo ao projeto de implantação de indústria de laminados de madeira, no Distrito Industrial de Icoaracy - Belém (PA); concede isenção dos impostos de Importação, sobre Produtos Industrializados e de Renda.

ATO DECLARATORIO N.69 (16/12/87)

Considera integrante do Programa Grande Carajás as atividades desenvolvidas

pela COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR, relativas ao projeto de energia rural do Pólo de Santa Inês , no Maranhão.

ATO DECLARATORIO N.70 (16/12/87)

Considera integrantes do Programa Grande Carajás atividades desenvolvidas pela EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S.A. - Belo Horizonte (MG); concede isenção do Imposto de Renda e adicionais não-restituíveis.

ATO DECLARATORIO N.71 (16/12/87)

Considera integrante do Programa Grande Carajás o empreendimento de responsabilidade da empresa SIDERURGICA SANTA INES LTDA, com sede em Santa Inês (MA), relativo ao projeto de instalação de usina de ferro-gusa no Município de Santa Inês (MA); concede isenção dos Impostos de Renda e Sobre Produtos Industrializados.

PAGE NO. 00001
18/07/88

PROJETOS INTEGRANTES PGC

PROJETO	PRODUTOS	INVESTIMENTOS	RECURSOS APLIC
FERRO CARAJAS. Companhia Vale do Rio Doce S/A. Serra dos Carajas (PA)	Extracao, transporte e exportacao de minerio de ferro: 35.000.000 t/ano, meta prevista em tres etapas.	Milhaes CZ\$ Total: 59.712 Externo: 21.496 Nacional: 38.216 OTN: 561,21 US\$: 4.542,00	US\$: 3.165,10
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S/A. (Valenorte Aluminio Ltda.-60,8% e Nippon Amazon Aluminium Company - Nalco -39,8%) Vila do Conde. Barcarena (PA)	Producao e comercializacao de aluminio primario: 1985: 80.000 t/ano em 1989.	milhaes CZ\$ 10.658,00 OTN: 100,18 US\$: 570,90	MILHOES CZ\$ Total: 393 Proprios: 857 Terceiros: 294 US\$: 252,271 (Ate Ago/87)
ALBRAS - Aluminio Brasileiro S/A. (Valenorte Aluminio Ltda.- 51% e Nippon Amazon Aluminium Company - Nalco - 49%) Vila do Conde Barcarena (PA)	Producao e comercializacao de aluminio primario: 1985: 80.000 t/ano 1989: 320.000 t/ano	milhaes CZ\$ Total: 20.900 Externo: 10.100 Nacional: 10.800 OTN: 196,43 US\$: 1.289,00	milhaes CZ\$ Total: 2.701 Proprios: 857 FINAME: 138 Terceiros: 1.706 US\$ I fase: 801,364 II fase: 6,000 (Ate Ago/87)
SAO LUIS CONSORCIO ALUMAR (Alcoa 30.000.000 t/ano de Aluminio S/A - 60% e alumina e 380.000 Billinton Metais S/A t/ano de aluminio. I fase: 500 mil t/a de 16.495,57 - 40% Sao Luis (MA) alumina e 100 mil t/ano de	Producao de alumina e 380.000 t/ano de aluminio. I fase: 500 mil t/a de 16.495,57	milhaes CZ\$ Total: 23.885,00 Externo: 16.495,57 Nacional: 7.390,00	milhaes Total: 1.817,96 ALCOA: 32,755 BILLINTON: 17.527,57

PAGE NO. 00001
18/07/88

PROJETOS INTEGRANTES PGC

PROJETO	PRODUTOS	INVESTIMENTOS	RECURSOS APLIC
FERRO CARAJAS. Companhia Vale do Rio Doce S/A. Serra dos Carajás (PA)	Extracao, transporte e exportacao de minerio de ferro: 35.000.000 t/ano, meta prevista em tres etapas.	Milhaes CZ\$ Total: 59.712 Externo: 21.496 Nacional: 38.216 OTN: 561,21 US\$: 4.542,00	US\$: 3.165,10
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S/A. (Valenorte Aluminio Ltda. - 60,8% e Nippon Amazon Aluminium Company - Nalco - 39,8%) Vila do Conde. Barcarena (PA)	Producao e comercializacao de aluminio primario: 1985: 80.000 t/ano em 1989.	milhaes CZ\$ 10.658,00 OTN: 100,18 US\$: 570,90	MILHOES CZ\$ Total: 393 Proprios: 857 Terceiros: 294 US\$: 252,271 (Ate Ago/87)
ALBRAS - Aluminio Brasileiro S/A. (Valenorte Aluminio Ltda. - 51% e Nippon Amazon Aluminium Company - Nalco - 49%) Vila do Conde Barcarena (PA)	Producao e comercializacao de aluminio primario: 1985: 80.000 t/ano 1989: 320.000 t/ano	milhaes CZ\$ Total: 20.900 Externo: 10.100 Nacional: 10.800 OTN: 196,43 US\$: 1.289,00	milhaes CZ\$ Total: 2.701 Proprios: 857 FINAME: 138 Terceiros: 1.706 US\$ I fase: 801,364 II fase: 6,000 (Ate Ago/87)
SAO LUIS CONSORCIO ALUMAR (Alcoa Aluminio S/A - 60% e Billinton Metais S/A - 40%) Sao Luis (MA)	Producao de 3.000.000 t/ano de alumina e 380.000 t/ano de aluminio. I fase: 500 mil t/a de alumina e 100 mil	milhaes CZ\$ Total: 23.885,00 Externo: 16.495,57 Nacional: . . .	milhaes Total: 1.817,96 ALCOA: 32,755 BILLINTON: 63,29 (OTN)

t/a de aluminio. II 7.389,43
fase: 235 mil t/a de I.Renda:
aluminio. 3.582,74
(Camargo 0,932
Correa) OTN:
224,48 US\$:
1.256,10

Total: 33,687
ALCOA: 32,755
BILLINTON:

t/a de aluminio.	II	7.389,43	Total:	33.687
fase: 235 mil t/a de	I.Renda:	3.582,74	ALCOA:	32.755
aluminio.	(Camargo		BILLINTON:	
	Correa) OTN:	0,932		
	224,48 US\$:			
	1.256,10			

PAGE NO. 00001
18/07/88

PROJETOS INTEGRANTES PGC

PROJETO	PRODUTOS	INVESTIMENTOS	RECURSOS APLIC
FERRO CARAJAS. Companhia Vale do Rio Doce S/A. Serra dos Carajas (PA)	Extracao, transporte e exportacao de minerio de ferro: 35.000.000 t/ano, meta prevista em tres etapas.	Milhares CZ\$ Total: 59.712 Externo: 21.496 Nacional: 38.216 OTN: 561,21 US\$: 4.542,00	US\$: 3.165,10
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S/A. (Valenorte Aluminio Ltda.-60,8% e Nippon Amazon Aluminium Company - Nalco -39,8%) Vila do Conde. Barcarena (PA)	Producao e comercializacao de alumino primario: 1985: 80.000 t/ano em 1989.	milhares CZ\$ 10.658,00 OTN: 100,18 US\$: 570,90	MILHOES CZ\$ Total: 393 Proprios: 857 Terceiros: 294 US\$: 252,271 (Ate Ago/87)
ALBRAS - Aluminio Brasileiro S/A. (Valenorte Aluminio Ltda.- 51% e Nippon Amazon Aluminium Company - Nalco - 49%) Vila do Conde Barcarena (PA)	Producao e comercializacao de alumino primario: 1985: 80.000 t/ano 1989: 320.000 t/ano	milhares CZ\$ Total: 20.900 Externo: 10.100 Nacional: 10.800 OTN: 196,43 US\$: 1.289,00	milhares CZ\$ Total: 2.701 Proprios: 857 FINAME: 138 Terceiros: 1.706 US\$ I fase: 801,364 II fase: 6,000 (Ate Ago/87)
SAO LUIS CONSORCIO ALUMAR (Alcoa Aluminio S/A - 60% e alumina e 380.000 Billinton Metais S/A t/ano de alumino. I - 40% Sao Luis (MA) fase: 500 mil t/a de	Producao de 3.000.000 t/ano de alumino e 380.000 t/ano de alumino. I	milhares CZ\$ Total: 23.885,00 Externo: 16.495,57	milhares Total: 1.817,96 ALCOA: 32.755 BILLINTON: 17.500 (Ate Ago/87)

t/a de aluminio. II 7.389,43
fase: 235 mil t/a de I.Renda:
aluminio. 3.582,74
(Camargo
Correa) OTN:
224,48 US\$:
1.256,10

Total: 33,687
ALCOA: 32,755
BILLINTON:
0,932